

, DE 2011

Solicita informações à Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, sobre o aumento no custo das obras públicas do Governo Federal por meio da celebração de aditivos contratuais.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno e ouvida a Mesa, requer sejam prestadas informações pela Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, sobre o aumento no custo das obras públicas do Governo Federal por meio da celebração de aditivos contratuais.

Acerca do tema dos aditivos contratuais, indaga-se:

1) O ex-Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, declarou em discurso proferido, no dia 2.8.2011, na tribuna do Senado Federal, que:

“Quando saí, o PAC do ministério dos transportes significava um pacote de investimentos da ordem de R\$ 58 bilhões. Quando retornei já estava em R\$ 72 bilhões. Dediquei os primeiros noventa dias de gestão a uma imersão em todos os projetos e ações programadas e em andamento. Em fevereiro, fui o primeiro a perceber a disparada dos gastos previstos e determinei um pente fino para conhecer a origem de tal movimentação. Nos primeiros dias de março, levei minhas preocupações sobre o que me pareceu um grande salto e descontrole no orçamento do PAC à Ministra Míriam Belchior, em reunião que tivemos no Ministério do

Planejamento para discutir o andamento das obras. Ela havia permanecido no governo e, certamente, tinha a responsabilidade e as condições de esclarecer o que havia se passado e que se colocava, ao menos para mim, como um grave problema. Nesse encontro concordamos com a necessidade de uma revisão dos projetos.”

Com base nestas declarações, questiono se o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi informado pelo então Ministro Alfredo Nascimento acerca do incremento no custo das obras no Ministério dos Transportes?

- 2) Quais as providências adotadas pela Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para contenção do aumento no custo das obras do Ministério dos Transportes e demais ministérios do Governo Federal?
- 3) Há indícios de incremento no custo das obras, contratos e licitações do Governo Federal nos anos de 2010 e 2011? Quais as razões da elevação de custos?
- 4) Qual o valor total pago por força da celebração de aditivos contratuais nos anos de 2010 e 2011, no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão?

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, a população brasileira tomou conhecimento de diversas denúncias de irregularidades envolvendo a cúpula do Ministério dos Transportes e empresas e órgãos públicos ligados a esta pasta.

As denúncias publicadas pela imprensa nacional dão conta de aumentos frequentes e desarrazoados nos custos de obras públicas, notadamente rodovias e ferrovias, entre outras irregularidades envolvendo contratos e verbas públicas no Ministério dos Transportes.

Mereceram especial destaque o descontrole nos aditivos contratuais realizados em contratos firmados com empreiteiras e a baixa qualidade das obras realizadas. Segundo consta, seria este o meio e a fonte de muitas das irregularidades que por ventura podem existir no âmbito desse ministério.

Como é cediço, as denúncias conduziram ao afastamento do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, assumindo a pasta em seu lugar, o então Secretário-executivo, o Sr. Paulo Sérgio Passos. Após deixar a pasta, o Senador Alfredo Nascimento proferiu discurso no Senado Federal, no qual afirmou ter informado a situação à Ministro Míriam Belchior:

*“O Ministério dos transportes já era uma das pastas com o maior volume de investimentos no PAC e, para o período aberto em 2011, registrava um aumento significativo em todos os seus projetos. **Quando saí, o PAC do ministério dos transportes significava um pacote de investimentos da ordem de R\$ 58 bilhões. Quando retornei já estava em R\$ 72 bilhões.***

*Dediquei os primeiros noventa dias de gestão a uma imersão em todos os projetos e ações programadas e em andamento. Em fevereiro, fui o primeiro a perceber a disparada dos gastos previstos e determinei um pente fino para conhecer a origem de tal movimentação. **Nos primeiros dias de março, levei minhas preocupações sobre o que me pareceu um grande salto e descontrole no orçamento do PAC à Ministra Míriam Belchior, em reunião que tivemos no Ministério do Planejamento para discutir o andamento das obras. Ela havia permanecido no governo e, certamente, tinha a responsabilidade e as condições de esclarecer o que havia se passado e que se colocava, ao menos para mim, como um grave problema. Nesse encontro concordamos com a necessidade de uma revisão dos projetos.***

Dias depois, coloquei o assunto para a presidenta e informei que já começara a trabalhar no ajuste necessário para garantir a viabilidade orçamentária das obras durante sua gestão. Estabelecemos 15/07 como prazo final para tais providências.

Na prática, o cenário que encontrei quando reassumi a pasta, em janeiro, significava que a nova administração não teria os recursos necessários para iniciar nenhuma nova ação, limitando-se a pagar e entregar as obras das gestões anteriores. Mantida aquela destinação do orçamento, não teríamos o PAC-2.”

Mais adiante, referindo-se à gestão do Ministério dos Transportes no ano de 2010, afirmou ainda o Ministro Alfredo Nascimento:

“Aqui é importante frisar que a análise técnica que fizemos mostrou que a variação de custos que a imprensa tratou como superfaturamento ou mensalão, decorreu da mudança na concepção dos projetos, com o acréscimo indiscriminado de serviços não previstos nas ações originais. Não tenho conhecimento da identificação de irregularidades. Estou falando da adição de novas obras e outras intervenções; assim como do atendimento às condicionantes de licenciamento ambiental e desapropriações.

Até onde tenho conhecimento, todas as decisões tomadas ao longo de 2010 seguiram o mesmo ritual que eu já conhecia: foram discutidas pelas autoridades do próprio Ministério dos Transportes e seus vinculados à época, assim como pelo grupo de acompanhamento e gestão do PAC. Formado pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, esse grupo é comandado pela Casa Civil da Presidência da República.”

Portanto, diante de tal circunstância, as informações que ora requeremos são fundamentais para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de agosto de 2011.

Deputado Antonio Imbassahy
PSDB/BA